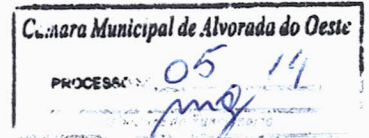




ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE

PARECER JURÍDICO



Processo Administrativo nº 005/2022

Origem: Diretoria de Compras e Licitações/CMAO

Assunto: Aquisição de 3.500 litros de gasolina comum, para atender as necessidades de manutenção dos trabalhos da Câmara Municipal de Alvorada do Oeste/RO - CMAO.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. DISPENSA DE LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL - 3.500 LITROS DE GASOLINA COMUM - PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CMAO. VALOR: \$24.675,00 (VINTE E QUATRO MIL, SEISCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS). APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico sobre a legalidade da contratação de empresa para fornecimento de combustível – sendo 3.500 litros de Gasolina Comum no valor médio de R\$24.675,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais) pelo período de 12 (doze) meses, de forma direta, com fundamento no art. 72, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações.

É o relatório.

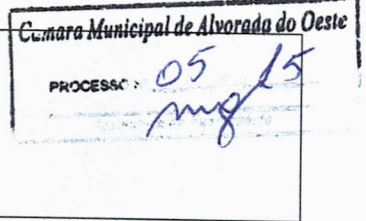
Passo ao parecer.

DA FUNDAMENTAÇÃO DA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A Lei Federal nº 14.133/2021 (nova lei de licitações), foi publicada em 01 de abril de 2021 e entrou em vigor já na data de sua publicação. Ocorre que haverá um período de transição da antiga lei de licitações



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE



(8.666/93) para a nova lei de licitações (14.133/2021) de dois anos, in verbis:

Art. 193. Revogam-se:

I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;

II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.

No período de transição da antiga lei de licitações (8.666/93) para a nova lei de Licitações (14.133/2021), as duas leis estarão vigentes, disciplinando a mesma matéria, assim sendo, o administrador público poderá optar pelo uso da Lei 8666/93 ou pela Lei 14.133/2021, sendo vedado apenas o uso combinado das duas leis.

Existe autorização expressa no art. 191 da Lei 14.133/2021 para utilização de ambas as leis no período de transição, sendo vedada apenas a aplicação combinada das Leis 8.666/93 e 14.133/21, in verbis:

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Considerando que a Lei 14.133/2021 já possui aplicabilidade imediata, e não revogou de forma imediata a Lei 8.666/93, e que no período de transição entre as duas normas ficará a critério do administrador público qual norma utilizar, é possível concluir que essa era a intenção do legislador.

Diante o exposto, não restam dúvidas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 para realizar os processos licitatórios e contratação direta de forma imediata.



DA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 é dispensável a realização de processo licitatório, podendo realizar a contratação direta de serviços comuns e compras no valor de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), in verbis:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Consta nos autos do processo: a) ampla pesquisa de mercado realizado pelo Setor de Licitação - fls. 004/006;b) Projeto básico - com descrição do objeto e justificativa (fls. 08/10);c) Nota de Reserva Orçamentária - fl. 12; d) Média de preço orçado para fornecimento do combustível - gasolina comum é de **R\$24.675,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais)** pelo período de 12 meses.

A priori o serviço pode ser contratado de forma direta, uma vez que o serviço e o valor orçado estão enquadrados na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, mas é necessário verificar também a formalidade exigida no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 para poder realizar a contratação direta. Passo a análise:

Os autos do processo estão devidamente instruídos com os seguintes documentos:

I). Com o pedido de aquisição do combustível e com o respectivo Projeto Básico, formalizando a demanda, conforme exigido no art. 72, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

II). O Projeto Básico, onde consta o material de consumo, e o prazo para execução; consta também nos autos do processo os orçamentos elaborados pelo Setor de Licitação, assim estimando a despesa para execução, conforme exigido no art. 72, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE

III). A dotação orçamentária por onde correrão as despesas com a contratação do serviço, cumprindo o art. 72, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV). Consta a pesquisa de preços realizadas pelo Setor de Licitação, onde a empresa que ofertou a melhor proposta foi PIT STOP AUTO POSTO EIRELI – ME, sendo o valor unitário de R\$7,02, totalizando o preço de R\$24.570,00 (vinte e quatro mil, quinhentos e setenta reais) para fornecer 3.500 litros de gasolina comum pelo período de 12 meses, cumprindo o art. 72, incisos VI e VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

V). A documentação de habilitação e qualificação da empresa que apresentou a melhor proposta ainda não foi acostada aos autos, o que não pode ser analisado se a empresa escolhida preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme dispõe o art. 72, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por último, verifico estar presente o interesse público na contratação de empresa para fornecimento de gasolina comum para atender as necessidades deste Poder Legislativo Municipal.

DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA DO CONTRATO A Lei nº 14.133/2021

O art. 94 da Nova Lei de Licitações estabelece que é condição de eficácia dos contratos administrativos a divulgação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas PNCP.

O Portal Nacional de Compras Públicas ainda não está em operação neste município, pois os municípios com até 20.000 (vinte mil habitantes) terão o prazo de 6 (seis) anos, contados da publicação da Lei 14.133/2021 para realizar as divulgações dos processos licitatórios e contratos administrativos no Portal Nacional de Compras Públicas conforme regra de transição estabelecida no art. 176.

Enquanto não adotarem o Portal Nacional de Compras Públicas, os municípios de até 20.000 (vinte mil habitantes) deverão publicar no diário



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE

Câmara Municipal de Alvorada do Oeste
PROCESSO: 05 18
mg

oficial e divulgar no sítio eletrônico oficial, os atos praticados com fundamento na Lei 14.133/2021, admitida a publicação na forma de extrato nos termos do art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei 14.133/2021.

Considerando que o Município de Alvorada do Oeste possui em torno de 15.000 (quinze mil) habitantes, deverá publicar no diário oficial podendo ser na forma de extrato, e divulgar no sítio eletrônico oficial o ato que autorizou a contratação e o contrato, como condição de eficácia da contratação e do contrato.

CONCLUSÃO

Diante o exposto, entendo que a contratação direta da empresa que ofertou a melhor proposta para o fornecimento de 3.500 litros de Gasolina comum, pelo valor total de R\$24.570,00 (vinte e quatro mil e quinhentos e setenta reais), pode ser realizada de forma direta, porque está enquadrada na hipótese de contratação direta no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que além de cumpriu o requisito material e também cumpra o requisito formal para que se contrate de forma direta o presente produto.

É o parecer.

Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alvorada do Oeste/RO, autoridade competente, para conhecimento e DECISÃO/RATIFICAÇÃO do ato de dispensa.

Após, à Comissão de Licitação para fins de notificação e contratação da melhor proposta.

Publique-se a integralidade dos presentes autos.

É o entendimento, salvo melhor juízo.

Alvorada do Oeste/RO, 20 de Janeiro de 2022.

Rose Anne Barreto
Assessora Jurídica CMAO